

Saúde e vigilância virtual - O controle e o discurso preventivo contra a Aids na Internet

Adriano de Lavor Moreira

Especialista em Comunicação e Saúde (ENSP/Fiocruz) e mestrando

adrix_delavor@yahoo.com.br

ECO/UFRJ, RJ

Resumo

O novo espaço comunicativo instaurado pela internet abriga características das sociedades de controle. A partir da análise da repercussão acerca do *Dia Mundial de Luta Contra a Aids*, visualiza-se um sistema de vigilância constante e disseminada, que utiliza estratégias de saúde pública como ferramentas de legitimação de suas ações. São agenciamentos propostos pelo *panoptismo*, onde controle, vigilância e correção modelam práticas comunicativas e instauram novos padrões de comportamento, fortemente amparados na construção de subjetividades e na contemporânea relação que se estabelece entre o indivíduo e os espaços que ocupa, seja no mundo real ou na esfera virtual.

Palavras-chave: Comunicação e saúde preventiva, Saúde, controle e comunicação, Comunicação, saúde e espaço urbano.

O olho que tudo enxerga na cidade onde ninguém se vê

"O imperador é o olho universal voltado sobre a sociedade em toda a sua extensão. Olho auxiliado por uma série de olhares, dispostos em forma de pirâmide a partir do olho imperial e que vigiam toda a sociedade".

Michel Foucault

Difícil não perceber a evidente tendência que cerca a sociedade contemporânea, sempre "de olho" nos menores movimentos de seus integrantes. Por um lado, a desigualdade econômica e a exclusão social geradas pelo modelo neoliberal de capitalismo incluíram no cenário marcas violentas de disputa pela propriedade privada, possibilitando a criação de dispositivos tecnológicos cada vez mais eficientes de vigilância; por outro, percebe-se uma concentração maior dos indivíduos em espaços cada vez mais compartimentados e fechados, em claro contraste com a espetacularização do cotidiano promovida pelos meios de comunicação. Assiste-se a quase tudo, sabe-se o máximo possível e participa-se o mínimo – de preferência, como mera audiência.

Esta lógica está apoiada em uma fórmula *orwelliana* - batizada pela mídia do início do século XXI de *reality show* - e inclui doses homeopáticas de informação, embaladas subjetivamente em cápsulas substanciais de entretenimento e de invasão de privacidade. A mídia e a tecnologia operacionalizam o espetáculo do dia-a-dia, regulamentando condutas e legitimando posturas através de estratégias nem sempre claras de

produção do desejo. Sob a égide da violência e trafegando em núcleos humanos compartimentados a partir do seu poder de consumo, a realidade se configura próxima ao que já havia percebido Foucault:

"O panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este triplice aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade". (FOUCAULT, 2003, p. 103)

O tripé "vigilância-controle-correção" também rege posturas exercidas pelo poder no gerenciamento dos espaços urbanos e na participação dos indivíduos neste cenário. Dirige-se com sutileza este agenciamento de atitudes, em cidades que, a cada dia, se distanciam de sua aventura própria, na promoção de novos arranjos sociais e encontro com as diferenças. (CAIAFA, 2002).

O cenário urbano se desenha fragmentado em áreas de concentração de capital, ocupadas por aqueles detentores de maior poder de consumo, e outras densas faixas habitacionais populares - quase sempre distantes dos centros e carentes de equipamentos de lazer e condições mínimas de moradia. O trânsito, orientado para a circulação quase exclusiva de automóveis, e a exploração do lucro com a privatização do transporte público diminuem a oferta de encontros e inviabilizam as cidades como constituintes de sentido e de pertencimento:

"O espaço construído chega a nós e tem o poder de nos afetar. A relação com a cidade modeliza faculdades psíquicas, mobiliza impulsos afetivos e cognitivos, produz desejo. Está presente aqui a noção de uma subjetividade que é produzida no registro social, mesmo que ela venha terminar num indivíduo" (CAIAFA, 2002, p. 35).

É também através da diluição destas marcas que ligam o indivíduo ao espaço que ocupa e de um investimento na subjetividade que o poder exerce sua vigilância, dispersa em condutas nem sempre aparentes de monitoramento de atitudes. A sentença "Sorria, você pode estar sendo filmado" já traduz, em si, o comportamento exigido do habitante dos grandes centros urbanos. O show do cotidiano é contínuo. Câmeras de vigilância operadas pelos poderes públicos constituídos – polícia, agência de normatização do trânsito, entre outros -, instaladas em locais de grande circulação de pessoas, dividem a tarefa com monitores instalados nas propriedades privadas, que visam a garantir a segurança do capital investido em negócios particulares.

Além disso, já é prática comum a gravação de operações de atendimento telefônico das empresas privadas – que quase sempre operam com dispositivos eletrônicos de telemarketing – e são cada dia mais comuns a interceptação de conversas privadas que, sob a égide denunciatória da mídia, viram manchetes dos escândalos noticiados pelos telejornais. É o efeito *Big Brother*¹, que se ampara na tecnologia e impulsiona um rentável mercado de monitoramento, auto-alimentável. Ao mesmo tempo em que gera dividendos com a

¹Big Brother (Grande irmão) é personagem criado pelo escritor George Orwell, no romance "1984". Nos primeiros anos do século XXI, também é o nome do reality show que deu origem a uma série de outros.

comercialização de seus produtos e cobrança de taxas – como no caso do monitoramento de velocidade dos automóveis -, sedimenta uma nova ordem, diretriz que difere as sociedades disciplinares das sociedades de controle: nos dias de hoje, ninguém está fora do alcance do olho – muitas vezes invisível – do poder, que tudo enxerga – até mesmo quando seus passos não se dão no mundo real das cidades, mas sim no espaço cibernético:

"Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou 'bancos'". (DELEUZE, 2004, p. 222).

Este indivíduo desterritorializado e dividido é monitorado em suas ações mais rotineiras, através das operações que tem que exercer no seu cotidiano. Como cada vez menos exerce a experiência libertadora de se locomover fisicamente pela cidade, deixa de vivenciar a construção de uma subjetividade própria, constituída por influências diversas, baseada no registro social. Ao invés de construir-se na diversidade, este se move como um espectro virtual, cujos nome e sobrenomes são substituídos por senhas e tarjas magnéticas de identificação. Deixa de experimentar a exterioridade complexa que o colocaria frente à frente com a alteridade e constrói uma "dividualidade" (DELEUZE, 2004), onde se reconhecem "apenas as figuras familiares e a história pessoal" (CAIAFA, 2002, p. 36).

"Estar entre estranhos é livrar-se em algum grau de sua identidade ou sua definição", comenta Caiafa, (2004, p.175), ao definir o papel do outro olhar na construção da experiência comunicativa nos núcleos urbanos:

"No contexto dos processos de comunicação nas cidades, chamei outrem de operador de diferenciação, porque ele mostra outros mundos; no mesmo galope permite minha experiência e me faz diferente de mim mesmo, me tira de mim, me distrai". (Op. Cit. P. 173)

Esta dificuldade narcisista de enxergar outrem nas relações urbanas é base de sustentação de uma substituição deste "outro" por mecanismos comunicativos cujos objetivos são, por sua finalidade, a construção de um desejo fortemente associado ao consumo e à produção de lucro.

"O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça imprudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado". (DELEUZE, 2004, p. 224).

Na verdade, ampliados em seu alcance pelas novas tecnologias e legitimados pela pulverização do poder, os meios de comunicação também integram o que Foucault chamou de "rede institucional de seqüestro" (2003), cujos objetivos são o controle da temporalidade do indivíduo – direcionada às exigências do trabalho – e, ainda, de seu próprio corpo.

"Que o tempo de vida se torne tempo de trabalho, que o tempo de trabalho se torne força de trabalho, que a força de trabalho se torne força produtiva; tudo isto é possível pelo jogo de uma série de instituições que esquematicamente, globalmente, as define como instituições de seqüestro". (FOUCAULT, 2003, p. 122).

Vítima desta rede de instituições de seqüestro, o indivíduo se vê, por um lado, desterritorializado e, por outro, encaixado em uma lógica de produção onde ele é peça fundamental na acumulação de capital:

"Mas para haver sobre-lucro é preciso haver sub-poder. É preciso que, ao mesmo nível da existência do homem, uma trama de poder político microscópico, estabelecido fixando os homens ao aparelho de produção, fazendo deles agentes da produção, trabalhadores". (IDEM, 2003, p. 125).

Para que efetivamente este poder de vigilância e controle se concretize, as instituições de seqüestro se articulam no sentido de constituírem um saber tecnológico, de observação, sobre aqueles que estão sob o seu julgo, fazendo com que a própria experiência da vigilância se transforme em saber, em normatização de condutas. Nas sociedades de controle, o panóptico invisível reelabora a sua própria experiência a partir de sua prática com aqueles que são vigiados.

Não é à toa que a mídia seja co-participante deste jogo condutor onde os sujeitos se movem como peças em um traçado já demarcado. Monitorados em suas atitudes, vigiados nos momentos de trabalho e lazer e inclinados, subjetivamente, ao pertencimento de um grupo forjado por normas e condutas, os indivíduos reforçam dispositivos dos quais são eles mesmos as principais vítimas.

Um mundo virtual com controles reais

A construção deste saber-poder é visível e facilmente identificável na contemporaneidade quando se observa um aumento crescente da presença das novas tecnologias na vida cotidiana. Tomando-se como exemplo a internet, verifica-se um aumento vertiginoso de instituições que se posicionam no mundo virtual, confirmando o grande interesse em participar do que já se configura como uma nova esfera de exercício do poder.

O relatório "October 2005 Survey", da consultoria norte-americana Netcraft², divulgado pelo jornal *O Globo*³, dá conta da existência de 74.409.971 sites registrados em todo o mundo, apontando 2005 como o ano em que a rede mundial de computadores mais cresceu em sua história. São 17, 5 milhões de endereços eletrônicos catalogados somente entre janeiro a outubro, superando os números anteriormente divulgados em 2000, quando a *web* havia registrado seu maior crescimento: 16 milhões de domínios. Em 1995, primeiro ano em que a pesquisa foi divulgada, a rede contava somente com 18.957 nomes cadastrados. O ciberespaço cresce em ritmo de progressão geométrica.

Os números comprovam o crescimento da rede, ao mesmo tempo em que especialistas já apontam para o poder dos negócios no mundo virtual: "Existe um monte de projetos inovadores sendo desenvolvidos para a internet, e é muito claro que tem muita gente fazendo dinheiro agora. É mais negócio investir na internet do

² Disponível em www.netcraft.com

³ O Globo (24/10/2005). Editoria Informática Etc, p. 17.

que em comerciais de Super Bowl⁴, sustenta Rich Miller, analista da Netcraft, referindo-se às finais do campeonato de futebol americano, cujos minutos de comerciais são considerados os mais caros da televisão americana.

Além disso, visto que a *World Wide Web* é cenário de grandes negócios, já se articulam, em níveis internacionais estratégias de controle de suas práticas e até de seus usuários. Sob o pretexto de combater crimes virtuais como pedofilia e tráfico, governos se esforçam por regulamentar o uso da rede por pessoas físicas e jurídicas. Nos Estados Unidos, a lei Sarbanes-Oxley, de 2002, obriga que as empresas norte-americanas mantenham registros de acesso de mensagens, com nome de destinatários, remetentes, local de envio e terminal de onde saíram as mesmas, durante cinco anos.

No Brasil, o projeto de lei 279/2003, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), à espera de votação no Legislativo, prevê regulamentação semelhante. Diz o artigo 4º.:

"Os prestadores de serviços de correio eletrônico deverão apresentar à autoridade competente, quando requisitado, um extrato das comunicações eletrônicas realizadas por uma conta específica, por um período de tempo determinado, retroativo até dez anos da data da solicitação, informando o destinatário ou remetente das mensagens, a data e a hora de seu envio ou recebimento e a identificação do computador ou terminal que efetuou o acesso à conta de correio eletrônico".⁵

Alvo de críticas, o projeto também prevê o cadastramento detalhado de usuários, no qual deverão constar nome completo, endereço residencial, número do documento de identidade, data de expedição e órgão expedidor, além do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF). As Pessoas Jurídicas teriam que informar, por outro lado, razão social, endereço completo e número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ)⁶. A polêmica em torno da regulamentação visa, com maior ênfase, defender a liberdade de negociação na rede, em detrimento da privacidade dos usuários, como se pode observar no posicionamento de Demi Getschko, membro do Comitê Gestor da Internet e representante brasileiro no board da Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (Icann)⁷, órgão ligado ao governo dos Estados Unidos:

"O que esses projetos em geral esquecem é que na Internet não há barreiras de país. Se um país 'endurece' o jogo para acesso a algum serviço, os internautas vão procurar esse serviço em outro lugar na rede. Ou seja, se exigirmos muito de nossos usuários de e-mail, eles deixarão de ser nossos usuários e passarão a ser usuários de outros provedores de e-mail que não estejam sujeitos à regra que foi achada ruim".⁸

A opinião de Getschko corrobora a idéia de Deleuze sobre a nova forma de capitalismo:

"No capitalismo só uma coisa é universal, o mercado. Não existe Estado universal, justamente porque existe um mercado universal cujas sedes são os Estados, as Bolsas. Ora, ele não é

⁴ Idem.

⁵ O Globo (5/12/2005). Editoria Informática Etc. p.1.

⁶ O Globo (5/12/2005). Editoria Informática Etc. p.1.

⁷ www.icann.org

⁸ O Globo (5/12/2005). Editoria Informática Etc p. 2

universalizante, homogeneizante, é uma fantástica fabricação de riqueza e de miséria". (DELEUZE, 2004, p. 213).

Deleuze aponta a substituição da lógica fabril por um capitalismo amplamente apoiado na empresa que, no mundo virtual, não encontra dificuldade em se expandir. Além disso, o teórico também enxerga, nos computadores, a máquina característica das sociedades de controle. E de fato, não é difícil encontrar exemplos de vigilância nos usos que se faz da Internet. Ao "navegar" pelo mundo virtual, o indivíduo abre portas identificando-se através de *logins* e senhas, deixando, no seu rastro, vestígios de sua passagem, facilmente rastreados por *cookies* e outros dispositivos localizadores.

Por outro lado, toda a discussão em torno da regulamentação de seu uso já dá pistas do grande interesse demonstrado pelos governos em tomar as rédeas deste novo espaço comunicativo. As trocas *on line* são bem mais fáceis de ser interceptadas do que os encontros reais. Por isso mesmo, a questão da invasão de privacidade foi um dos temas mais discutidos na última Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em novembro de 2005, na Tunísia. Segundo Bruce Perens, ativista do software livre e participante da conferência, "hoje já temos tecnologia suficiente para seguir os passos das pessoas, sem que elas saibam, como nos filmes de ficção científica".⁹

Este monitoramento constante na rede, mesmo considerando-se o alto número de exclusão digital, em especial nos países periféricos, é preocupante, visto que a Internet hoje é espaço de produção, consumo e disseminação de conhecimento, o que automaticamente leva à produção de desejos e de consumo. No mercado virtual, governos, empresas, fundações, organizações da sociedade civil, enfim, pessoas físicas e jurídicas participam de um jogo onde o poder de comunicação é crucial na manutenção dos controlatos apontados por Deleuze.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, o indivíduo já não traduz em seu encontro com as cidades a formação de sua subjetividade. O mesmo não se pode dizer de aproximação de seu registro social com esta realidade virtual midiaticizada. São referências de realidades distintas e temporalidades diversas reguladas pelo consumo. São padronizações impostas pelo poder de compra e de venda, amparadas magistralmente por técnicas comunicativas de publicidade. Difícil não se deixar seduzir por apelos deste cenário onde a multiplicidade de informações traz, consigo, um "controle contínuo" (DELEUZE, 2004).

Saúde e modulação de comportamento

Como *locus* midiaticizado de construção da subjetividade, o ciberespaço também abriga estratégias de controle na área de saúde pública, em especial quando emergem os discursos preventivos, que são variados. Vive-se um tempo preventivo, em sua essência. Com o aumento da expectativa de vida e a popularização comercial de estratégias de prolongamento da juventude, a sociedade se previne contra uma série de atitudes que possam contrariar esta quase unânime expectativa – que também é força geradora de capital.

Ao se pensar no trabalho oficial que se faz contra o tabagismo, em nível governamental, empresarial e até social, percebe-se que se construiu uma verdadeira aversão à prática de fumar em público. Algo como se a saúde do indivíduo tivesse migrado da esfera pessoal para fazer parte de uma decisão coletiva: não se deve

⁹ O Globo (5/12/2005). Editoria Informática Etc p. 2.

fumar; não se deve ingerir gorduras; deve-se fazer atividade física; não se deve expor a pele ao sol em determinados horários – coincidentemente, aqueles que são dedicados ao trabalho e à produção.

Isso se torna mais agressivo e normatizador quando se trata da prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), associadas, por razões diversas, à permissividade e ao descontrole em relação a um padrão moral construído historicamente e culturalmente. Uma lógica que individualiza, na esteira do que Deleuze (2004) observou, quando se referia aos mecanismos de controle atuando nos meios de confinamento:

"No regime dos hospitais: a nova medicina 'sem médico nem doente', que resgata doentes potenciais e sujeitos a risco, que de modo algum demonstra um progresso em direção à individualização, como se diz, mas substitui o corpo individual ou numérico pela cifra de uma matéria 'dividual' a ser controlada". (DELEUZE, 2004, p. 225).

Os mecanismos de combate à Aids se apóiam firmes em cifras e massas numéricas, desde o seu surgimento, nos anos 1980 do século XX. O desconhecimento acerca do seu agente infeccioso, de suas possibilidades de transmissão e do seu conseqüente tratamento resultou, por um lado, em um grande número de vítimas fatais. Por outro, promoveu a associação da síndrome a grupos que primeiramente se viram vítimas (com maior ênfase, os homossexuais e dependentes de drogas injetáveis) ou aos "comportamentos de risco". Os meios de comunicação entraram em cena ávidos para espetacularizar este drama, adaptável à grande audiência de massa.

A partir daí, o discurso médico, a voz do especialista e as ações políticas dos organismos de combate à doença iniciaram um processo de regulamentação de condutas globalizadas de saúde não abertas à negociação. A palavra dos cientistas, em sua grande maioria oriundos dos países de maior poder econômico, legitimou uma postura de vigilância de atitudes que passou a interferir na vida cotidiana das pessoas. A condenação de determinadas práticas sexuais e a imposição do uso do preservativo – ou mesmo da abstinência sexual – encontraram amplo apoio dos setores mais conservadores da sociedade, que como Foucault nos lembra, é de controle.

Legitimou-se uma espécie de "controlato sexual" moralizado de atitudes, que sutilmente "condenava" à morte os desviantes da norma, ou seja, aqueles indivíduos que não seguiam à risca as prescrições médicas. Uma forma de "corrigir" comportamentos através da "formação e transformação dos indivíduos em função da norma", como já havia previsto também Foucault. A alteridade, por outro lado, foi combatida a pulso forte por este controle legitimado pela iminência da morte física. Vê-se aí como foi – e ainda é – útil o uso do corpo humano na construção de uma subjetividade baseada no risco e na exclusão da alteridade. Além disso, a vigilância passou a ser compartilhada: "se você não se cuidar, a Aids vai te pegar", "Aids mata".¹⁰

Ao mesmo tempo, com o avançar das estratégias de combate à doença, a luta deixou de ser travada apenas pelas organizações da sociedade civil e passou a ser legítima e oficial dentro dos governos e organizações multinacionais. A subjetividade e a mobilização de afetos, garantidas pelos meios de comunicação, alterna –

¹⁰ Slogans de campanhas nacionais de combate à doença, veiculadas nos anos 1980 do século XX.

até hoje - crônicas de mortes anunciadas com a legitimação da luta heróica protagonizada pelos personagens que garantem a sociedade do lucro e do capital.

Uma construção ordenada e pulverizada de poder. Não é à toa que a instituição do *Dia Mundial de Luta contra a Aids*, em plano global, coincida com a criação da Coordenação Nacional de DST e Aids, ambas em 1987. A legitimação oficial do controle passou a ser multinacional:

*"O Dia Mundial de Luta Contra a Aids, 1º de dezembro, foi instituído [...] como uma data simbólica de conscientização para todos os povos sobre a pandemia de Aids. As atividades desenvolvidas nesse dia visam divulgar mensagens de esperança, solidariedade, prevenção e incentivar novos compromissos com essa luta. A iniciativa [...] tem o apoio dos governos e organizações da sociedade civil de todos os países. A cada ano, a OMS elege a população/grupo social que registra o maior crescimento da incidência de casos de HIV/Aids e define estratégias para uma campanha com ações de impacto e sensibilização sobre a questão."*¹¹.

Em 2005, o tema escolhido para o 1º. de dezembro, no Brasil, foi "Aids e Racismo: O Brasil Tem que Viver Sem Preconceito". No release divulgado na internet pela assessoria de imprensa do Programa Nacional de DST/Aids, a justificativa pela escolha da população negra como alvo das ações de combate é baseada em dados econômicos, apontando um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujos indicadores revelam que as desigualdades de acesso de brancos e negros à educação e à saúde "refletem-se na diferença de salários. O dos homens negros equivale a 47% do que é pago aos brancos"¹².

A mesma abordagem é explicitada na matéria publicada pelo site UOL no *Dia Mundial de Luta contra a Aids*: "O Banco Mundial divulgou seu novo programa contra a Aids, com o qual procura intensificar sua luta global contra a doença mediante empréstimos sem juros, doações e apoio técnico"¹³. A tendência de enaltecimento econômico da doença se mantém em uma pesquisa mais abrangente através do site de buscas Google¹⁴ sobre a data: entre as quase 46 mil referências citadas, boa parte se refere a notícias que destacam o comprometimento econômico com a causa, seja por parte dos organismos multinacionais, ou capitaneadas por celebridades do mundo dos negócios, como Bill Gates, o executivo dono da *Microsoft*.

Os meios de comunicação, no entanto, incluíram um *plus* subjetivo às matérias publicadas sobre o *Dia Mundial de Luta contra a Aids*, abordando, em especial, dois assuntos que, aparentemente sem ligação, servem de exemplo de como o agenciamento de condutas pode ser operado pelos *media* de maneira sutil e plástica. Uma delas se referia à proibição imposta pelo Vaticano à apresentação da cantora brasileira Daniela Mercury em seu show de Natal, alegando que a artista faria, durante a sua apresentação, discurso em defesa do uso do preservativo - prática publicamente condenada pela Igreja Católica¹⁵. A outra divulgava pronunciamento do presidente norte-americano George W. Bush, quando este divulgou as novas ações de seu governo contra a doença. Conhecida como "estratégia ABC" (Abstinência, Ser fiel no casamento e usar

¹¹ www.aids.gov.br/diamundial/

¹² Disponível em www.aids.gov.br

¹³ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/12/01/ult1766u13512.jhtm>

¹⁴ www.google.com

¹⁵ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/12/02/ult27u52625.jhtm>

condom – preservativo -, na sigla em inglês), a iniciativa está sendo aplicada em alguns países africanos e “que os EUA apóiam”¹⁶.

O alicerce sobre o qual se firmam estas duas atitudes – tomadas por dois representantes da nova onda de conservadorismo que se apresenta no início deste século XXI, é o poder visível de controle que exercem no cenário político e econômico mundial. De um lado, uma das maiores autoridades religiosas do mundo ocidental reforça padrões morais de conduta que, claramente são excludentes em relação à livre orientação sexual e à livre expressão individual. Alteridade é perigosa, diz, subliminarmente, a mensagem inclusa na atitude reprobatória da Cúria Romana. Do outro, reforçam-se estes mesmos padrões morais através do representante da maior potência econômica mundial, cujo discurso – recheado de estatísticas e cifras numéricas de investimento e destinação de verbas - encobre a vigilância constante que se quer instaurar, com o objetivo claro de manutenção do poder.

Para que estas mensagens se sedimentem e se reverberem, o papel dos meios de comunicação é fundamental na embalagem estética e destinação precisa destas mensagens. O simbólico torna palatável o olho do Imperador, que avança com o aval da autoridade constituída. Entram aí as estratégias simbólicas que ativam as bandeiras “da solidariedade, da tolerância com as diferenças e a compaixão e compreensão e com as pessoas infectadas com HIV/Aids”¹⁷, os especiais televisivos temáticos – com personagens de apelo popular, vítimas da epidemia -, as campanhas “educativas”, o uso de ícones cada vez mais mercadológicos, a espetacularização da experiência cotidiana em edição compacta, digestiva e adaptável às audiências localizadas.

No Brasil, o *Dia Mundial de Luta contra a Aids* ajuda a legitimar a voz oficial sobre a doença, tornando visíveis (e portanto, legítimas) as ações de combate à epidemia em uma oportuna prestação de contas oficial. Na internet, a mobilização envolve, além dos sites jornalísticos, aqueles que representam as organizações não-governamentais e seus parceiros, bem como os capitaneados por associações de classe diversas, os da indústria farmacêutica e também os que produzem conhecimento acadêmico. É a hora de compartilhar as responsabilidades sobre a doença, em especial os seus “custos”, e lançar o olhar sobre a prática do outro, numa espécie de vigilância mútua.

E não são poucas as vozes dispostas a contar esta história que se escreve sob os holofotes dos meios de comunicação de massa. Apesar de algumas destas instâncias de produção de conhecimento estarem em lados contraditórios da epidemia – como os laboratórios farmacêuticos e as ONGs que lutam pela quebra das patentes dos medicamentos anti-retrovirais – quando entram na arena de disputa de sentidos no ciberespaço, todas reverberam semelhante discurso, sem qualquer preocupação com este aparente contrasenso. A tônica geral é o controle das atitudes e o monitoramento de ações, como já havia previsto Foucault:

“No panopticon, cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências”. (FOUCAULT, 2004, p. 220-1)

¹⁶ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/12/01/ult1808u54434.jhtm>

¹⁷ www.aids.gov.br/diamundial/

Esta mobilização única de desconfiância, acionada a partir de lugares de fala múltiplos, é facilitada mediante a escolha do tema, a cada 1º. de dezembro. As temáticas reforçam a idéia de pertencimento coletivo ("Um mundo unido contra a Aids", em 1988, "Nossas vidas, nosso mundo - vamos cuidar uns dos outros", em 1989, "Aids - um compromisso comunitário", em 1992, e "Direitos compartilhados, responsabilidades compartilhadas", em 1995), de agendas comuns ("Dividindo o desafio", em 1991, "Tempo de agir", em 1993, e "Um mundo. Uma esperança", em 1996), bem como privilegiam alguns setores ("Mulheres e Aids", em 1990 e em 2004, "Aids e família", em 1994, "Eu me importo, e você?", em 2001, destinada aos homens).

Também estão no rol dos temas a construção de um futuro coletivo ("Crianças vivendo em um mundo com Aids", em 1997, "Força para mudar: Campanha mundial contra Aids com jovens", em 1998, e "Escute, aprenda, viva!", em 1999) e a mobilização contra o estigma, a discriminação e o preconceito (Viva e deixe viver", em 2003 e 2004, e "Aids e Racismo: O Brasil Tem que Viver Sem Preconceito", em 2005). Quem não se encaixa no tema não produz conhecimento, já que provavelmente fica fora do jogo econômico de destinação de verbas, quase sempre oriundas de organismos multinacionais.

A subjetividade em torno da Aids também é acionada através da utilização de um ícone, imagem-referência global das ações de combate à doença: o laço vermelho. Na ausência de um objeto material, que pudesse concretizar este lugar de memória (Nora, 1984) o símbolo garante a relação de comprometimento e pertencimento à causa, em especial nas operações que se desenrolam no ambiente da mídia. A idéia partiu de um grupo de profissionais da arte novaiorquino dos anos 1990 do século XX, batizado de *Visual Aids*.

Eles pretendiam homenagear os amigos que haviam morrido em decorrência da Aids ou estavam contaminados pelo vírus HIV e, ao mesmo tempo, "conscientizar as pessoas para a transmissão do vírus, divulgar as necessidades dos que vivem com o HIV/Aids e angariar fundos para promover prestação de serviços e pesquisas"¹⁸. Segundo um dos criadores do grupo, o vermelho foi escolhido por ser a cor do sangue e por estar associado à paixão.

Mesmo com este apelo sensível, o laço só foi adotado pela comunidade global de combate à epidemia quando usado pelo ator Jeremy Irons, na entrega do prêmio Tony Awards, em 1991. Depois do episódio, amplamente divulgado pela mídia, outras celebridades passaram a usá-lo em cerimônias públicas. Uma simples fita de tecido vermelho (ou sua imagem representada) passaram a significar um comprometimento com a causa, confirmando o que diz Nora:

"Até um lugar que é aparentemente é apenas material, como por exemplo um arquivo, se torna um lugar de memória se a imaginação o investir de uma aura simbólica. Um lugar puramente funcional, como um manual escolar, um testamento ou um encontro de veteranos de guerra, pertence a esta categoria apenas se também for objeto de um ritual. E a observância de um minuto de silêncio em respeito a algo ou a alguém, exemplo de uma ação estritamente simbólica, serve como um apelo concentrado à memória por literalmente quebrar a continuidade temporal". (NORA, 1984, p. 27-28).

Ritualizada, a luta contra a epidemia foi introduzida no calendário oficial do mundo globalizado, pautando as ações promovidas pelo Estado, pelos movimentos sociais e pela própria mídia. Como se pudesse ser

¹⁸ Do texto "Por que o laço vermelho?", publicado no site www.aids.gov.br/diamundial/. Acesso em 16/07/2005.

legitimada por sua própria repetição e reprodução, a data confirma o que suspeitava Colombo (1986): "Gravar e arquivar o nosso passado parece-nos hoje algo de muito necessário, tão indispensável como catalogar cada momento da nossa própria experiência" (p. 19).

Ao reverberar um discurso quase em uníssono no *Dia Mundial de Luta contra a Aids*, as vozes que constituem a sociedade de controle reafirmam-se como constituintes de uma nova arena de atuação - localizada nos domínios da Internet. Um espaço virtual onde o poder se exerce através da condução dos desejos do indivíduo em direção a agenciamentos comuns e a pautas pré-estabelecidas. É este mais um cenário onde as instituições de seqüestro formalizam e normatizam um saber mobilizatório e controlador.

Ao administrar o simbólico e incluir o indivíduo em sua própria temporalidade, este é um espaço de desafios, visto que, apesar de fragmentado e ainda desordenado, já se desenha como aquele que pretende se tornar referência, no sentido de agenciar noções de pertencimento e de construção da própria sociedade. Um palco onde a sociedade de controle se amplia e que pode apagar traços de toda individualidade e liberdade, princípios caros a todos os seres humanos.

Bibliografia

- CAIAFA, J. 2002. *Jornadas urbanas – Exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV. 1ª. Edição.
- CAIAFA, J. 2004. “Conversações” in *Contracampo* v. 10/11 (1º. E 2º. Semestre 2004 – Edição especial/número duplo) – *Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Arte e Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ. 2004*
- COLOMBO, F. 1986. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo, SP, Editora Perspectiva.
- DELEUZE, G. 2004. *Conversações*. São Paulo, SP, Editora 34. 1ª. Edição, 4ª. Reimpressão.
- FOUCAULT, M. 2003. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, RJ, Nau Editora, 3ª. Edição, 1ª reimpressão.
- FOUCAULT, M. 2004. *A Microfísica do poder*. São Paulo, SP, Editora Paz e Terra. 20ª. Edição.
- NORA, P. 1984. *Entre a memória e a história. Os lugares de memória*. Tradução de Patrícia Farias do original em francês publicado in *Lês huex de mémoire*. Paris, Gallimard, vol. 1 (La Republique).